

rados dados do Sistema Nacional de Informações sobre o Saneamento - SNIS (ano de referência 2016).

Este PMSB prioriza as seguintes ações para o planejamento e gestão do saneamento:

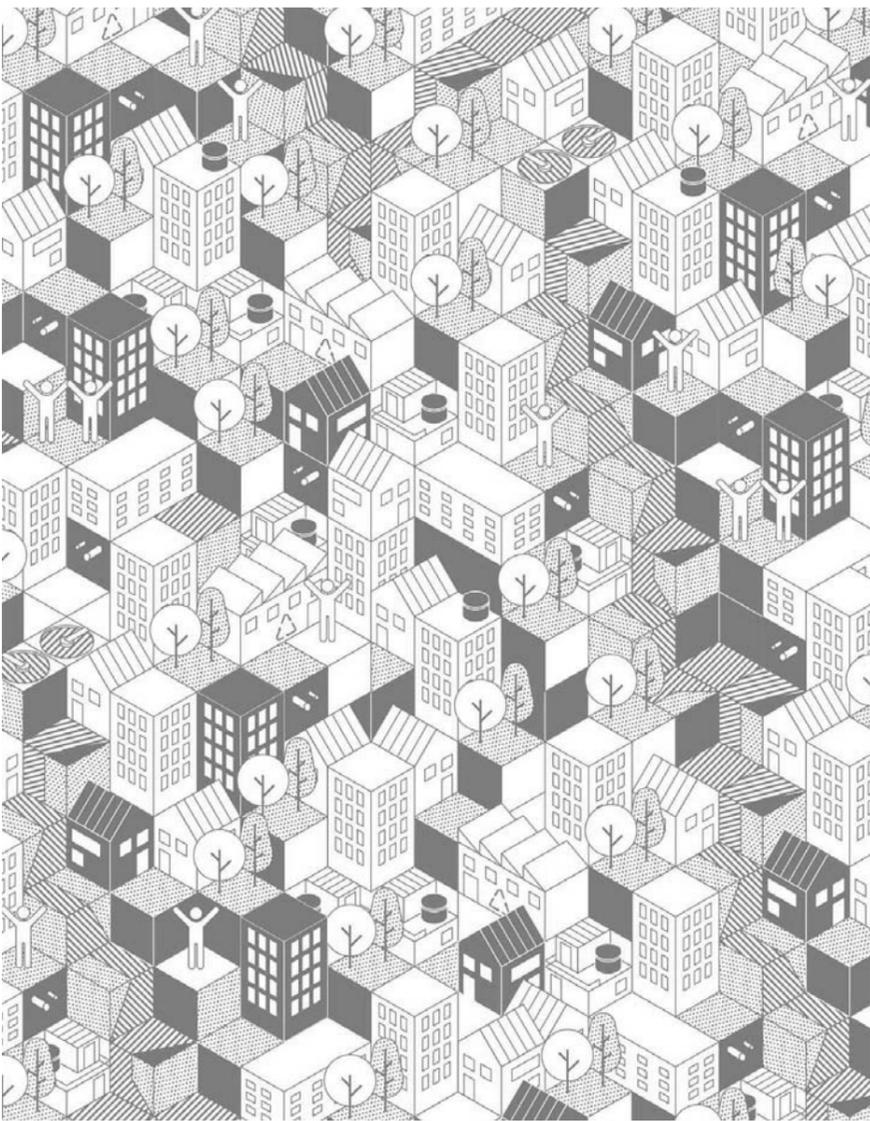
- Ferramentas efetivas para planejamento e gestão integrados;
- Implementação de metas e indicadores para universalização e qualificação de serviços;
- Fortalecimento das capacidades municipais para a segurança hídrica, com controle de qualidade da água, despoluição dos corpos hídricos urbano, controle de cheias e melhoria dos espaços urbanos;
- Aplicação de soluções descentralizadas;
- Participação social ativa na definição de ações e no monitoramento dos serviços;
- Estruturação institucional e fortalecimento das capacidades municipais de gestão;

Com base nestas premissas, os objetivos norteadores deste trabalho foram:

- Incluir programas e mecanismos instituídos após 2010, bem como condições contratuais relevantes que tenham sido atualizadas ou estabelecidas, a exemplo da primeira revisão quadrienal do contrato da Prefeitura Municipal com a Sabesp, que contempla avanços em termos de área de cobertura, Programa Córrego

Limpo e apresenta um maior detalhamento do plano de investimentos;

- Compatibilizar o PMSB com o novo Plano Diretor Estratégico de São Paulo e demais planos e normas que regulamentam o uso e ocupação do solo, planos de bacia hidrográfica e com o conjunto do ordenamento jurídico vigente no Município;
- Incluir e atualizar dados para fundamentar a revisão e atualização das metas e indicadores para as ações de saneamento previstas no PMSB;
- Estruturar as informações do diagnóstico e prognóstico de forma integrada, correlacionando eficientemente os diferentes componentes do saneamento básico, bem como as interfaces com desenvolvimento urbano e questões ambientais;
- Complementar e revisar as informações e diretrizes de forma a estimular o envolvimento dos diferentes atores de suas responsabilidades e possíveis contribuições relacionadas às questões de saneamento;
- Detalhar os focos e ações prioritárias para 2019 e 2020;
- Destacar as lacunas nos serviços dos quatro componentes do saneamento, com vistas a universalização, equidade e sustentabilidade.



DIAGNÓSTICO

A fim de se compreender e abordar sensivelmente as questões de saneamento no Município, é necessário analisar uma série de aspectos de forma objetiva e integrada, sendo estes de natureza socioeconômica, ambiental, estrutural, política e institucional. A leitura do contexto e a identificação das problemáticas a serem enfrentadas podem seguir agrupamentos diferentes de informação, mas ao final devem trazer uma visão holística correlacionando os diferentes aspectos analisados e traduzindo-os em pontos focais para atuação e possíveis caminhos. Os conteúdos e análises realizadas são apresentados aqui contemplando os arranjos políticos e institucionais, sistemas e estruturas existentes, questões e desafios enfrentados - abrangendo as 4 disciplinas do saneamento: abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de águas pluviais e gestão de resíduos sólidos.

4. POLÍTICA MUNICIPAL DE SANEAMENTO E ESTRUTURA INSTITUCIONAL

ARRANJO POLÍTICO E INSTITUCIONAL

Diante da estrutura atuante de políticas públicas no MSP, o saneamento constitui um importante capítulo no desenvolvimento urbano, e representa uma das maiores demandas em termos de planejamento estratégico e implementação de soluções. Tendo em vista a enorme demanda por soluções efetivas, a própria estrutura política e institucional necessita de revisões na forma de atuação para atender a demanda com soluções viáveis.

Hoje, a forma de se implementar e operar os sistemas de saneamento é bastante heterogênea entre as atividades de abastecimento de água, esgotamento sanitário, gestão de águas pluviais e gestão de resíduos sólidos. Esta situação, com diferentes arranjos institucionais entre os componentes do saneamento, vem criando um grande desequilíbrio no cenário do saneamento, quando se compara, por exemplo, a qualidade dos serviços prestados de abastecimento de água e a de drenagem urbana. Esta desigualdade também se aplica às diferentes regiões do município e tipos de ocupação.

No município de São Paulo, a distribuição de responsabilidades e funções pelos serviços de saneamento, e temas correlacionados, envolve diversas instituições que se complementam em redes complexas de interação. Diferente da maior parte dos municípios, que possuem a prefeitura como principal órgão público de gestão, São Paulo tem participação ativa e compartilhada com o Governo do Estado na gestão dos serviços de saneamento.

Fora as ações gerenciadas pelas secretarias municipais, o município conta com prestadores de serviço e agente regulador para algumas das atividades realizadas, e de uma autoridade municipal para gestão da limpeza urbana. Para drenagem urbana, as ações são conduzidas diretamente pela secretaria municipal e por departamento estadual. No que se refere a água e esgoto, foi firmado um convênio (SSE-91/10) entre o Estado de São Paulo e o Município de São Paulo, com a finalidade de

